

**“TERRA PLANA, IDEIAS RASAS”:
A DISTOPIA DO CAPITAL, TRABALHO E CAPITALISMO
NO BRASIL**

**“TIERRA PLANA, IDEAS SUPERFICIALES”:
LA DISTOPÍA DEL CAPITAL, EL TRABAJO Y EL CAPITALISMO EN
BRASIL**

**"FLAT EARTH, SHALLOW IDEAS":
THE DYSTOPIA OF CAPITAL, LABOR AND CAPITALISM IN BRAZIL**

DOI: 10.22481/rbba.v10i02.9567

Maria Ciavatta
Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5854-6063>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5368554854684382>
Endereço eletrônico: mciavatta@terra.com.br

RESUMO

A expressão “terra plana, ideias rasas” sintetiza o contexto distópico da sociedade brasileira, permeada pelo negacionismo na ciência, a inversão de valores, a extinção de instituições culturais, o autoritarismo, a violência e a desumanização. A relação capital e trabalho e o capitalismo constituem a realidade que está presente na formação dos trabalhadores e na vida da população. Neste artigo, os temas tratados são parte dos fundamentos de uma pesquisa sobre fontes da história da educação. Seu pressuposto básico é a historicidade dos acontecimentos, cuja gênese está nos processos mais amplos da vida social. Primeiro, tratamos de como se apresenta a distopia do presente; segundo, do conceito de humanização do ser humano e da formação humana; terceiro, da explicitação do sistema do capital e do trabalho; quarto, da historicidade do capitalismo. Como intelectuais, professores e educadores, temos a arte da palavra para a formação, para a afirmação de valores do

conhecimento, da solidariedade, da construção de um mundo onde possamos sobreviver, onde sobreviva o planeta Terra que habitamos.

Palavras-chave: Capital. Trabalho. Historicidade.

RESUMEN

La expresión “tierra plana, ideas superficiales” sintetiza el contexto distópico de la sociedad brasileña, permeado por el negacionismo en la ciencia, la inversión de valores, la extinción de las instituciones culturales, el autoritarismo, la violencia y la deshumanización. La relación entre el capital y el trabajo y el capitalismo son la realidad que está presente en la formación de los trabajadores y en la vida de la población. En este artículo, los temas tratados forman parte de los fundamentos de una investigación sobre las fuentes de la historia de la educación. Su presuposición básica es la historicidad de los acontecimientos, cuya génesis se encuentra en los procesos más amplios de la vida social. En primer lugar, nos ocupamos de cómo se presenta la distopía del presente; segundo, el concepto de humanización del ser humano y formación humana; tercero, la explicitud del sistema de capital y del trabajo; cuarto, de la historicidad del capitalismo. Como intelectuales, maestros y educadores, tenemos el arte de la palabra para la formación, para la afirmación de valores del conocimiento, de la solidaridad, de la construcción de un mundo donde podamos sobrevivir, donde el planeta Tierra que habitamos sobreviva.

Palabras-clave: Capital. Trabajo. Historicidad.

ABSTRACT

The expression “flat Earth, shallow ideas” synthesizes the dystopian context of Brazilian society, permeated by denial in science, the inversion of values, the extinction of cultural institutions, authoritarianism, violence and dehumanization. The relationship between capital and work and the capitalism constitute the reality that is present in the training of workers and in the life of the population. In this article, the themes dealt with are part of the foundations of a research on sources in the history of education. Its basic presupposition is the historicity of events, whose genesis is in the broader processes of social life. First, we deal with how present dystopia presents itself; second, the concept of humanization of the human being and human formation; third, the explicitness of the capital and labor system;

fourth, the historicity of capitalism. As intellectuals, teachers and educators, we have the art of the word for training, for the affirmation of values of knowledge, solidarity, for the construction of a world where we can survive, where the planet Earth we inhabit survives.

Keywords: Capital. Work. Historicity.

“Terra plana, ideias rasas. Há alguma coisa muito errada quando é preciso reabrir a discussão sobre a esfericidade da terra. Voltamos ao pré-iluminismo? Fomos transportados para algum ponto anterior ao século XVII?” (Eurípedes Alcântara).

INTRODUÇÃO

A história do presente se ressentida da contaminação da ideia de presentismo, no sentido de como a vida é vivida como um presente permanente. A ideia do presentismo afeta a compreensão do tempo que se torna presente, sem memória do passado e sem perspectiva de futuro. Hobsbawm (1995, p. 7) lança a questão sobre os entraves a escrever uma história do presente, mas realiza um trabalho desta natureza, expondo-se, naturalmente, à própria crítica; e Pierre Nora fala do apagamento da memória pela aceleração do tempo (NORA, 1984, p. 1). Falamos de uma concepção de história que se faz no presente, enquanto recupera os acontecimentos do passado e projeta o futuro sem se limitar à narrativa dos grandes feitos, da vida dos poderosos. Nesta concepção ampliada sobre quem são os sujeitos dos acontecimentos, a história trata da vida dos seres humanos que, para fazer história, precisam existir, e para existir precisam comer, abrigar-se, reproduzir-se (MARX ENGELS, 1979, p. 39-42 e outras).

O presente de sociedades capitalistas, que somos, nos obriga a falar da vida dos seres humanos na história do Brasil que, no último século, tem uma sequência, nem sempre previsível de golpes de Estado (BOBBIO et al, 1986, p. 545-547). Mas golpes de Estado não são apenas mudanças bruscas, aparentemente, tramadas nos bastidores dos poderes. Elas são processos políticos sociais que se prolongam nas mudanças de valores, de critérios, de instituições, que se enraízam no passado e projetam o futuro. A mais recente mudança por golpe, no país, legalizada pelo Congresso Nacional, foi o *impeachment* da Presidenta Dilma (2016) que rompeu o processo democrático, mantendo o desenho de democracia representativa.

A alteração da correlação de forças, a geração do descrédito da política, a campanha de *fake news* orquestrada por poderosos algoritmos levou ao mais singular golpe no Brasil, aquele que está atingindo a cultura, a ciência, as instituições e os coletivos científicos, culturais e sociais. Assim se expressou o articulista diante das ações irruptivas do governo Bolsonaro: “Terra plana, ideias rasas. Há alguma coisa muito errada quando é preciso reabrir a discussão sobre a esfericidade da terra. Voltamos ao pré-iluminismo? Fomos transportados para algum ponto anterior ao século XVII?” (ALCÂNTARA, 2019, p. 3). Esta percepção é parte da distopia do presente do (des)governo eleito, que postula o negacionismo diante da ciência, desafia a pandemia do Covid19, aborta as atividades culturais, desdenha os valores representativos das instituições.

Uma sucessão de golpes é parte da história do Brasil desde seu início como nação. Supostamente independente da coroa portuguesa, passamos de Império Colonial Português para Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves (1815) e proclamamos a In(dependência) (1822), tornando-se Império do Brasil, tendo o herdeiro, príncipe real português (D. Pedro de Alcântara de Bragança como Imperador do Brasil, D. Pedro I, e D. Pedro IV de Portugal). A Proclamação da República (1889) foi um golpe militar no Imperador, D. Pedro II, que se exilou na pátria de origem da família.

No século XX, tivemos a Revolução de 30 que substituiu as elites cafeeiras de Washington Luiz pelas elites modernizadoras industriais, bem representados pela Ditadura de Getúlio Vargas. Em 1964, em repressão violenta às forças sociais populares que buscavam a expansão dos espaços e direitos sociais democráticos, a Ditadura empresarial-militar ampliou as políticas de internacionalização da economia consolidando, mais uma vez, a situação brasileira de país dependente do capitalismo dos países ricos.

Estas questões são parte dos fundamentos históricos de uma pesquisa sobre fontes da história da educação e de trabalho-educação. Seu pressuposto básico é a historicidade dos acontecimentos, cuja gênese está nos processos mais amplos da vida social sob o modo de produção capitalista. Primeiro, tratamos de como se apresenta a distopia do presente; segundo, do conceito de humanização do ser humano e da formação humana; terceiro, da explicitação do sistema capital e do trabalho; terceiro, da historicidade do capitalismo; por último, nossas considerações finais.

A distopia do presente

A conjuntura política no Brasil é distópica. Distopia, na língua portuguesa significa “um lugar hipotético onde se vive sob sistemas opressores, autoritários, de privações, perdas ou desespero”. Outro sentido do termo é a “demonstração hipotética de uma sociedade futura, definida por circunstâncias de vida intoleráveis, que busca analisar de maneira crítica as características da sociedade atual, além de ridicularizar utopias, chamando atenção para seus males”ⁱ.

Mesmo que não possamos atribuir a todos essas condições e sentimentos, mas uma maioria da população brasileira, pensando ou não em distopia, vive em um mundo de privações, desemprego, trabalho precário, deficiências nas condições de alimentação, moradia, alimentação, falta de perspectivas de vida futura (FREIRE, 2021, p. 2). O fenômeno recente mais angustiante é o suicídio de jovens, noticiário interdito, mas que reaparece não obstante a discrição jornalística (COLLUCI, 2021, p. B2).

Outro sentido do termo distopia é a “demonstração hipotética de uma sociedade futura, definida por circunstâncias de vida intoleráveis, que busca analisar de maneira crítica as características da sociedade atual, além de ridicularizar utopias, chamando atenção para seus males”ⁱⁱ. Em sentido inverso, utopia é uma “situação ou local idealizado, onde tudo acontece de maneira perfeita ou ideal” ou “qualquer situação imaginativa que, remetendo ao que é ideal e priorizando a qualidade de vida, garante uma sociedade mais justa e com políticas públicas igualitárias”ⁱⁱⁱ.

O grande ícone do tema é o filósofo, escritor e humanista do Renascimento, Thomas Morus (1478-1535). A sua obra mais famosa é “Utopia” escrita em 1516 (MORUS, 2001). Em grego, *ουτοπία* significa em lugar nenhum, um lugar inexistente em que Morus criou “uma ilha-reino imaginária que alguns autores modernos viram como uma proposta idealizada de Estado e outros como sátira da Europa do século XVI”^{iv}. Assim o pensador batizou sua sociedade ‘perfeita’. “A partir dessa obra, a palavra “utopia” tornou-se sinônimo de uma sociedade ideal, embora de existência impossível, ou uma ideia generosa, porém, impraticável”^v.

A arte, na sua relação íntima com a ciência, parece ser o meio de expressão mais incisivo para comunicar o sentido e o significado profundo dos acontecimentos estranhos às rotinas da vida e da sobrevivência humanas. No romance “O silêncio”, Don Delillo começa sua obra com um acontecimento que pode nos levar a um mundo distópico. Inicia citando o instigante

pensamento de Einstein: “Não sei com que armas se lutará na Terceira Guerra Mundial, mas na Quarta será com paus e pedras” (DELILLO, 2021, p. 5).

A grande distopia do romance é uma parada total de energia, de *Internet*, de pessoas que esperam atordoadas ver a continuidade de um jogo na TV. Outras vivenciam uma pane que leva à aterrissagem forçada do avião em uma viagem internacional. É perturbadora a falta de conhecimento e de perspectivas de futuro que permeiam e desagregam as relações entre eles (DELILLO, 2021).

Um filme de ficção científica, como “*Rollerball murder*” (traduzido no Brasil como “*Rollerball – Gladiadores do Futuro*”) foi produzido em 1975, há, aproximadamente 50 anos, mostra uma sociedade distópica sob o comando das corporações. Diz o GEO da Energy, no posto de mais alto nível da governança mundial, que, para ele, as nações estão falidas, não há mais conflitos tribais, mesmo as guerras corporativas são coisas do passado. Luxo, moradia, energia, são decisões globais para o bem comum e a sociedade corporativa é um destino inevitável (JEWINSON, 1975).

Não há mais livros, tudo está digitalizado. Quem ouve e responde a qualquer pergunta é o “computador zero” que está em Washington e tem a sede principal em Gênova. Um divertimento é queimar árvores com armas de balas incendiárias. Aparentemente não há mais pobres. Só há ambientes de luxo onde circulam jovens e lindas mulheres e jogadores de *rollerball*, um jogo de vida e morte em patins e motos auxiliares em grande velocidade, tentando destruir os integrantes de outra grande corporação, o time opositor – derrubar e tirar da arena ou matar. O público aplaude com fervor a violência crescente de cada jogada. O único sinal de resistência é a luta do herói pela sua liberdade frente à corporação que o contrata. (JEWINSON, 1975).

O filme trata de um “futuro 2018”^{vi}. Apesar do poder das grandes corporações moldando a vida dos povos, aparentemente, não teríamos chegado a esse futuro – ano em que, no Brasil, é eleito presidente Jair Messias Bolsonaro. Com ele o sistema capital não hesita em ir adiante na busca de sua reprodução e da acumulação sem limites (MARX, 1980 a, p. 655).

Temos exemplos na memória de passados recentes, de sociedades distópicas pautadas pelo autoritarismo e a opressão, como o período fascista na Itália (1922-1943) modificando, segundo padrões conservadores, a educação, a economia, a religião, a política. (ECO, 2018). Outro exemplo é o nazismo, na Alemanha (1933-1945), um Estado autoritário que levou ao extermínio em massa dos judeus, à destruição das instituições e dos meios de vida.

(TRAVERSO, 2012). No Brasil, vivemos em uma sociedade distópica durante a Ditadura empresarial-militar (1964-1985) em que as liberdades individuais foram reprimidas e foram desmontadas as instituições democráticas. A juventude e os intelectuais foram presos, torturados, punidos ou se exilaram por discordarem do sistema e lutarem por justiça social, terra, trabalho, educação, saúde para toda a população (NETTO, 2014).

A conjuntura brasileira, pela morte computada de quase 600 mil pessoas^{vii}, senão promovida pela incúria e propósito governamental, de contestação da ciência e de suas instituições, e pela incivilidade reinante, primeiro, está submetida ao capitalismo internacional, segundo, convive com um governo agressivo e lesivo às mais elementares necessidades e sofrimentos de vida e morte da população. Um presidente que não preside a nação serviço de seu povo, como manda a Constituição Federal. Antes, circula ostensivamente e debocha da morte e do sofrimento do dobro ou do triplo de pessoas, amigos e familiares das pessoas mortas. Ele, seus filhos e os seguidores cultivam o sarcasmo, as *fakes news*, ofendem a quem exercita os direitos democráticos (a imprensa, o povo na rua, as legítimas manifestações de mal-estar e descontentamento).

Vivemos na pele, no dia a dia, no necessário distanciamento social, nas ameaças da violência policial, nas políticas privatistas e patrimonialistas a serviço dos poderes abastados, no desmatamento e na invasão das terras e na perseguição às populações tradicionais, aos indígenas, quilombolas, ribeirinhos (KRENAK, 2019)^{viii}. Sofremos a conjuntura política do (des)governo federal nas políticas econômicas de concentração de renda e de negação de recursos àqueles de baixa renda; nas imposições do trabalho em casa (o *home office* que transforma nossas salas e quartos em escritórios empresariais), na angústia da falta de recursos tecnológicos e *Internet* para os alunos mais pobres, no fechamento de escolas, no corte de recursos para as universidades e as escolas federais.

São condições de vida que podem gerar resistência ou acomodação a esses e tantos outros males (a violência policial, a liberação de armas, o desmonte das instâncias coletivas como conselhos, instituições culturais). Falamos da resistência por formas de compartilhamento da compreensão do que estamos vivendo; das lutas para a organização de forças sociais que possam levar à transformação e à reconquista do pouco de civilidade e de direitos que já existiram em nossas instituições, da convivência social e política.

Segundo Carlos París, o “animal cultural” que somos, faz história e deve conquistar a própria vida. Mas, nem sempre as circunstâncias lhes são favoráveis na construção de sua própria utopia:

O ser humano é compreendido agora a partir de uma implantação muito radical na liberdade. É nossa única e paradoxal condenação. Não possuímos natureza fixa, mas história. Nossa realidade não aparece como algo herdado, mas como algo que temos que conquistar, realizando-nos através das escolhas que tecem nossas vidas (PARÍS, 2002, p. 35).

A educação como formação humana

A educação realiza-se pelas relações interativas entre as gerações, acompanhando a história da humanidade. De que humanidade e de que seres humanos quando falamos de formação humana? “Estamos aí diante de uma questão filosófica por excelência, ligada ao problema da possibilidade, da legitimidade, do valor e dos limites das ações humanas” (SAVIANI; DUARTE, 2010, p. 422). Nos limites deste texto, nos deteremos, primeiro, sobre a questão dos seres humanos e, depois, sobre formação humana.

Sem negar as polêmicas científicas que cercam a origem dos seres humanos, recuperamos um dos autores que, no presente do século XXI, traz algumas informações úteis para esta pesquisa. Harari (2016, p. 9) assim recupera os primórdios do ser humano “os humanos pré-históricos”. Busca as origens da humanidade no conjunto da natureza de que somos parte vital, embora negada e nem sempre reconhecida, em nome do domínio dos bens da natureza pelo progresso científico e tecnológico.

“Há cerca de 70 mil anos, os organismos pertencentes à espécie *Homo sapiens* começaram a formar estruturas ainda mais elaboradas chamadas culturas”. “O homem que sabe” teria dado início a estruturas sociais complexas, formas de linguagem ou sistemas de comunicação (HARARI, 2016, p. 11). É nossa pretensa superioridade como ser humano, que não se detém na possível destruição da espécie, agir destruindo o planeta. As mudanças climáticas, o lixo, a poluição, as queimadas, os desmatamentos irresponsáveis são parte dessa contraditória superioridade do predador humano.

Tivemos e temos que aprender a conhecer a natureza, a utilizá-la para sobreviver, a fazer instrumentos, ferramentas de trabalho. “Presumimos que um cérebro grande, o uso de ferramentas, uma capacidade superior de aprender e estruturas sociais complexas são vantagens enormes” (HARARI, 2016, p. 18). Mas outras questões desafiadoras se colocam para

paleontólogos e historiadores. O que vemos no trabalho e na vida, é que nos tornamos seres em luta e competição, com guerras e criação de armas, meios de destruição cada vez mais sofisticados.

Neste quadro biossocial de agressividade e competição, disputas por bens materiais e conhecimento, o que deve ser a formação humana? O que é humanizar? É treinar para o uso das máquinas (eletromecânicas e digitais), para a produção de bens e serviços sem questionar as estruturas de disciplinamento e exploração? É treinar para a guerra, aprender a matar e adquirir legitimidade ou direito para matar e não ser punido? É aprender outros comportamentos similares, tais como, o individualismo, a competição, a hierarquia para o direito de humilhar, violentar, torturar?

Outros estudiosos têm diferentes concepções sobre o ser humanidade. Leakey (apud ARRUDA, 2003, p. 167 e 169) demonstra que a cooperação foi decisiva para a sobrevivência humana, transcendendo o instinto para a agressão, a disputa, “as guerras, a violência, o genocídio, a tortura, a opressão, a competição predatória no campo econômico-financeiro, a exclusão social”. São cruciais na cultura, nos valores históricos que conformam o ser humano, “as ideologias sociais e políticas e a tolerância recíproca ou a falta dela que levam nações humanas a conflitos cruentos.” E argumenta sobre a importância da natureza, da atenção ao meio ambiente para a geração dos comportamentos sociais auto-destrutivos.

Krenak (2019) reitera a integração de origem do ser humano à natureza:

Quando, por vezes, me falam em imaginar outro mundo possível, é no sentido de reordenamento das relações e dos espaços, dos novos entendimentos sobre como podemos nos relacionar com aquilo que se admite ser a natureza, como se a gente não fosse a natureza. (KRENAK, 2019, p. 67).

Estes breves pontos de vista são coerentes com o que entendemos por formação humana. A expressão tem sido adotada pelo pensamento crítico no sentido de educação, mas não de qualquer educação. O pensamento crítico, de modo particular, segundo o materialismo histórico (MARX, 1980 e outros), não se contenta com a aparência dos fatos, procura a essência que lhe está subjacente, o conjunto de relações que os constituem, a totalidade social em que se inserem como mediações ou processos históricos articulados (ZEMEMLMAN, 1987). Busca distinguir os diversos sentidos da educação, sua produção pelos sujeitos humanos, no contexto histórico

do capitalismo e das diversas formas que assume ao longo dos séculos, nos espaços do planeta Terra.

Formação humana é educação no sentido que educa para a humanização desse ser complexo e contraditório que somos para nós mesmos e nas relações com os outros. Porque o outro, nosso semelhante físico e biológico esteve sempre presente. Estudos mostram que, para sobreviver, o ser humano teve que aprender a cooperar, a fazer coisas em comum, a existir com o outro. Para o zoologista Richard D. Alexander (1979, apud ARRUDA, 2003, p. 163), “nossa biologia levou ao paradoxo de sermos geneticamente e ultra egoístas (como todas as espécies) e, ao mesmo tempo, dependentes de grupos sociais para a nossa sobrevivência”.

Em O Capital, Marx (1980, p. 202), afirma que o homem

põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 1980, p. 202).

Aceitando estas análises, cada vez mais presentes no mundo de hoje, desfaz-se o mito do homem separado da natureza, ou apenas o dominador do planeta, de seus mares, terras e florestas. O ser humano é parte da natureza e não acima dela. Sua humanização é parte de sua relação com o outro, e a natureza é também o outro com quem ele se relaciona, modifica e modifica a si mesmo. A particularidade da vida de cada indivíduo é a sua história no tempo e no espaço, é sua historicidade como parte da sociedade, dos acontecimentos e dos valores de que partilha. A formação humana acolhe e incorpora estes valores aos processos educativos.

A explicitação do sistema capital e o trabalho

A concepção de educação como formação humana é desafiada pelo sistema capital. Enraizado na cultura da tradição de ocidental de dominação religiosa e autoritarismo, da antiga Roma à aristocracia europeia, (BERTONHA, 2010; MARX, 1980 b, p. 867-879), o sistema capital desenhou e realizou a acumulação pela transformação das formas de produzir os bens necessários à existência humana. Diferentes relações sociais, políticas e culturais tomaram forma da modernidade até o tempo presente. Nossa história se enraíza na oposição de poderes entre o senhor e o escravo desde as antigas civilizações até o mundo moderno das colonizações; da dominação do servo pelo senhor feudal; das relações entre proprietários dos bens de produção e proprietários da força de trabalho na transformação do mundo econômico e da organização da vida social na sociedade de mercado capitalista.

No capítulo XXIV de *O Capital*, Marx (1980, p. 830) assim se expressa sobre as origens do capitalismo: “A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista”. Dá origem ao enriquecimento das elites e à sujeição da massa de trabalhadores pobres (MARX, 1985, p. 29. Neste livro e na obra que o antecede, cerca de dez anos antes expôs o que eram as formações econômicas pré-capitalistas, as diversas formas de trabalho que precedem o capitalismo.

A historiadora Ellen M. Wood (2001) não nega a existência de formas comunais de produção. Para a autora, esta seria a diferença básica entre as sociedades pré-capitalistas e as sociedades capitalistas que se formaram. A troca de produtos, de mercadorias, sempre existiu, diz Wood (2001, p. 77): “No capitalismo, entretanto, o mercado tem uma função distintiva e sem precedentes. Praticamente, tudo, numa sociedade capitalista, é mercadoria produzida para o mercado”. Com o capitalismo, ocorre a “desapropriação dos trabalhadores legalmente livres, cujo trabalho excedente é apropriado por meios puramente econômicos” (WOOD, 2011, p. 78).

Diferente de outros seres vivos e dos demais animais, os seres humanos objetivam pelo trabalho os produtos necessários à sua sobrevivência e fazem a história de suas próprias vidas e de seu tempo (MARX; ENGELS, 1979). Satisfeitas essas necessidades básicas, geram-se outras necessidades a serem satisfeitas. É o campo histórico das culturas e das ideologias, elaborações sociais que distinguem indivíduos, grupos e classes sociais de acordo com seus valores e interesses, sejam eles pessoais, prestígio, distinção, por exemplo; sejam eles mercantis, industriais ou financeiros.

O trabalho, através da qual o ser humano eleva suas capacidades, produz valores de uso, para satisfazer necessidades humanas. A cultura e as ideologias são um exercício de liberdade, produtos do agir humano sobre a natureza, unidade entre necessidade e liberdade, parte integrante do processo contínuo de humanização do mundo (LUCÁKS, 1978). Mas são, também, a ampliação e reelaboração desta liberdade pelo aperfeiçoamento do agir humano, em suas várias dimensões.

Uma das consequências das transformações do trabalho e das condições da vida humana é o aparecimento da divisão social e técnica do trabalho, as classes sociais e a produção de mercadorias no sistema capital. Coerente com o pensamento de Marx, Wood (2011, p. 78), destaca os dois polos da relação que constituem a base do capitalismo:

os trabalhadores dependem do mercado para vender sua mão de obra como mercadoria, e os capitalistas dependem dele para comprar a força de trabalho e os meios de produção, assim como para realizar seus lucros, vendendo os produtos ou serviços produzidos pelos trabalhadores.

Com a Revolução Industrial, quando a educação se torna escolarizada e a aprendizagem é posta a serviço da produção capitalista, o conhecimento é levado às massas de acordo com os interesses do capital, para a conformação dos trabalhadores à produtividade ao ritmo das máquinas e, com o desenvolvimento científico-tecnológico, à velocidade dos processos digitais. Convém-lhe a educação para o trabalho simples que dispensa a compreensão dos fundamentos teóricos dos processos produtivos, dos conhecimentos que formam para a leitura do mundo, dos valores da cultura, dos limites das ideologias, dos interesses subjacentes ao trabalho que executam.

A relação capital e trabalho é determinada pelo sistema capital. “O fetichismo da mercadoria: seu segredo” é o texto exemplar em que Marx (1980, p. 79-93) desvela os mecanismos básicos do sistema capital. Sua aparente simplicidade “é cheia de metafísicas e argúcias ideológicas” diz Marx (1980, p. 79). Seu “caráter misterioso” provém da própria forma que esconde o que não é para ser revelado, porque obscurece os mecanismos de exploração do trabalho e de enriquecimento dos donos do capital:

A igualdade de trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma de produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, na qual se afirma a relação social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho. (MARX, 1980, p. 79-80).

Na síntese do autor, “Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 1980, p. 81). Eis porque, quando se fala na reforma do capitalismo, se chega a uma impossibilidade ontológica que o sistema tem de negar sua forma própria de ser que é produzir mercadorias, gerando um excedente de valor, a mais-valia, pela exploração do trabalho humano. O trabalhador recebe apenas uma parte do valor gerado pelo trabalho, e o dono do capital beneficia-se com esse excedente para fins de produção (matérias primas, equipamentos etc.) e reprodução do capital de apropriação privada.

Não bata produzir, o trabalhador deve ser produtivo, produzir o máximo em menor tempo e servir à expansão do capital. As chamadas crises do capital nada mais são do que crises do processo de produção e acumulação, pela tendência decrescente da taxa de lucro do capital, como consequência de ciclos econômicos ou do declínio das atividades. Trata-se de um equilíbrio delicado.

São estes os grandes traços do que vivemos hoje. O que parece ser uma sucessão de crises econômicas, é mais uma crise social em toda sua extensão. Serão estes os limites do capital? As evidências vão no sentido do enriquecimento dos grandes empresários, de lucros crescentes dos bancos privados, do fortalecimento das corporações, e não se vislumbram limites para as crises.

A historicidade do capitalismo

Nos termos do presente em que vivemos, queremos chamar a atenção, primeiro, para o fato que capital e capitalismo são palavras ausentes do vocabulário comum, da grande imprensa - salvo para noticiar o movimento das bolsas de valores -, das mídias sociais e de grande parte do mundo acadêmico. Da mesma forma, é ausente a palavra trabalho, que é substituída pelas profissões (médicos, engenheiros, professores), salvo em alguns meios políticos de referência marxista. São palavras obscurecidas pela comunicação lacunar, que omite os processos de trabalho, a exploração, o que é retido pelo capital para fins de sua reprodução e acumulação.

Valemo-nos da palavra de economistas e cientistas sociais para chegar aos paradoxos dos dias de hoje, aos sintomas distópicos das sociedades capitalistas. Segundo Elmar Altvater (2010), a formação social que chamamos de capitalista é mais antiga do que o conceito de capitalismo. O “sistema mundial capitalista” existiria no mundo europeu já na época dos grandes descobrimentos do século XVI. Segundo Braudel (apud ALTVATER, 2010, p. 61), “o conceito de capital é mais antigo, já sendo utilizado na Idade Média”, na linguagem dos comerciantes, como capital financeiro, capital comercial, capital industrial.

Mas é Marx que “compreende por capital uma relação social específica entre capitalista e aqueles que trabalham para eles e são explorados nessa relação a fim de gerarem um excedente, uma mais-valia, um lucro” (ALTVATER, 2010, p. 61). Sua condição de investidores é assegurada pelo direito de propriedade que evolui no sentido de uma apropriação privada, e não para fins beneficentes ou outros. É Marx, também, que vai “mostrar a especificidade

histórica do capitalismo para as formas sociais do modo de produção capitalista” (ALVATER, 2010, p. 63).

Luiz Gonzaga Belluzzo (2021) fala do capitalismo e dos capitalismos apontando suas mediações, suas contradições e limites. Citando o economista e filósofo italiano Vladimiro Giacchè, todas as vezes que o capitalismo entra em crise, o autor diz que, por força de “processos desconjuntados”, o capitalismo “precisa de rios de dinheiro do Estado para voltar a funcionar. O resultado é que a imagem do capitalismo hoje é de um sistema no qual injustiças intoleráveis andam lado a lado com uma dramática ineficiência na alocação de recursos” (GIACCHÈ, apud BELLUZZO, 2021, p. 41).

Não obstante a exploração do trabalho seja intrínseco ao sistema capital, sua forma ontológica de ser, reproduzir e acumular, a historicidade do capitalismo se revela nas formas econômicas e culturais de se apropriar da riqueza social produzida pelo trabalho coletivo. Nos tempos recentes, Belluzzo (2021) distingue “dois capitalismos”.

Até meados dos anos 1970, o capitalismo era uma forma institucional de economia monetária capitalista, em que “as economias capitalistas desenvolvidas prosperaram em um ambiente de ganhos de produtividade, sistemas de crédito direcionados para investimento, aumento de salários reais, redução das desigualdades e ampliação dos direitos sociais” (BELLUZZO, 2021, p. 41. Eram tempos keynesianos fordistas que constituíram o Estado de Bem-estar, que respondia às expectativas dos trabalhadores para o crescimento de renda, e o avanço dos lucros das empresas e equilíbrio das receitas e dos gastos públicos. Renda e emprego faziam parte dos espaços nacionais da economia internacional como o Brasil, mesmo que dependentes da geopolítica dos fluxos de capital e das novas tecnologias dos países desenvolvidos.

Esse quadro mudou com o avanço da globalização, um termo que admite mais de uma interpretação. A primeira considera o início da globalização com o mercantilismo (do século XV ao início do século XIX). Outra interpretação, leva em conta a consolidação dos processos de industrialização na Europa, o imperialismo e a colonização. Uma terceira concepção, dá como marco a terceira Revolução Industrial, o desmonte da União Soviética e o uso de ampliado das tecnologias de informação.

Belluzzo fala em “era da globalização” onde ocorrem “a redistribuição espacial da manufatura e o avanço tecnológico [que] engendraram a precarização do emprego, a estagnação do rendimento dos trabalhadores e, assim, reduziram a capacidade de difusão do gasto das

empresas” (BELLUZZO, 2021, p. 41). As famílias, mesmo sob a lenta evolução dos rendimentos, sustentaram o consumo e se endividaram com a facilitação dos créditos.

Dois outros aspectos merecem atenção pela nova conformação da sociedade:

No topo da distribuição da riqueza e da renda, os credores líquidos engordaram seus portfólios com a valorização dos ativos imobiliários e financeiros. Os detentores da riqueza financeira apropriaram-se, ademais, do “tempo livre” criado pelo avanço tecnológico e promovem, simultaneamente, a desqualificação da massa assalariada e a polarização do mercado de trabalho; os “desqualificados” tornam-se dependentes crônicos do endividamento, sempre ameaçados pelo desemprego e, portanto, obrigados a competir pela sobrevivência (BELLUZZO, 2021, p. 41, aspas do autor).

Neste quadro distópico, de consequências individuais e coletivas na vida dos países dependentes, mas atingindo também, em certa medida, os países de capitalismo central, outros aspectos são destacados. O *Federal Reserve*, o sistema de bancos centrais dos Estados Unidos, divulgou dados de 2003-2008, em que “o volume de crédito destinado a financiar ativos financeiros, foi quatro vezes maior que os créditos destinados a financiar emprego e renda” (BELLUZZO, 2021, p. 41). Prevalece o poder das grandes corporações e o polo oposto, as enormes desigualdades sociais, as guerras provocadas (Iraque, Síria, Líbano destruídos), as sofridas migrações dos povos atingidos,

Belluzzo prossegue e explicita as mediações de ordem econômica e política que asseguram o protagonismo do capital financeiro nesta ciranda sem limites. Apoiado pelo sistema monetário internacional (FMI à frente), “ocorreu a brutal centralização controle das decisões da produção, a localização e [a fragmentação] espacial e utilização dos lucros em um núcleo reduzido de grandes corporações e instituições financeiras em escala mundial” (BELLUZZO, 2021, p. 41).

Na análise de Ladislau Dowbor (2017, p. 19), sobre a era do capital improdutivo, o caos se instala sobre “o esgotamento do conjunto das instituições que já não respondem a nossas necessidades de convívio produtivo e civilizado”. O alto desenvolvimento científico e tecnológico é manipulado e nos manipula a favor dos conglomerados de corporações transnacionais que agem no espaço planetário e fragilizam os sistemas políticos. São 737 altos titulares (*top holders*) de empresas que “acumulam 80% do valor sobre todas as empresas transnacionais”. É o que ele chama de o “novo animal econômico que herdamos de décadas de concentração econômica e de expansão do poder financeiro mundial articulado em rede”

(DOWBOR, 2017, p. 41-53). Para nós, seres humanos e para a natureza destruída pela ambição da produção e do lucro, este quadro é parte do que chamamos de distopia corporativa.

Considerações finais

A questão final desta reflexão é de que serve falar sobre este rol de agruras, desmandos, tragédias, autoritarismo, desumanização, em um mundo distópico? A resposta que podemos deixar para fins da pesquisa e de nosso compromisso ético com a produção do conhecimento e com a formação humana é a importância de conhecer, de ter consciência dos abismos, primeiro, para não se lançar inadvertidamente; segundo, para organizar-se e organizar a resistência nos espaços mínimos de nossa atuação.

Como professores e educadores, temos a arte da palavra para a formação, para a afirmação de valores do conhecimento, da solidariedade, da construção de um mundo onde possamos sobreviver, onde sobreviva o planeta Terra que habitamos. São muitas as causas e as ações pendentes da contribuição de nossos braços e mentes: o ensino remoto, a falta de alimentação e de recursos da *Internet* para tantos jovens e crianças, as condições sanitárias e pedagógicas de muitas instituições de ensino, as condições precárias de trabalho docente, os cortes de recursos, o desmonte dos direitos sociais, o desmatamento, a redução das atividades de à biodiversidade das espécies, a invasão das terras dos povos tradicionais, o combate às *fake news*, a elucidação a parentes e amigos sobre as malversações do (des)governo que destrói as instituições brasileiras, a necessidade urgente do resgate de padrões de vida de civilidade na palavra e nas ações governamentais.

Se a destruição é real, também são reais as transformações sociais de reconstrução da vida dos povos. A contradição não é um conceito abstrato, é o movimento permanente de transformação de tudo que existe na natureza, incluindo os seres humanos. Se não são evidentes, são plausíveis as contradições do capitalismo no médio e longo prazo, se o planeta sobreviver aos ataques e a seus limites.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, E. Terra plana, ideias rasas. **O Globo**, Opinião, p. 3, sáb., 2 de novembro de 2019.
- ALTVATER, E. **O fim do capitalismo como o conhecemos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ARRUDA, M. **Humanizar o infra-humano**. A formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária. Petrópolis: Vozes / PACS, 2003.
- BELLUZZO, L. G. Capitalismo e capitalismos. **Carta Capital**, São Paulo, nº. 1.156, p. 41, 12 de maio de 2021.
- BERTONHA, J. F. Os italianos antes da Itália. In: _____. **Os italianos**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 15-35.
- BOBBIO, N. et al. Golpe de Estado. In: _____. **Dicionário de Política**. 2ª. ed. Brasília: Edit. UNB, 1986.
- COLUCCI, C. Hospitais têm alta de tentativas de suicídio em crianças e adolescentes. **Folha de São Paulo**, Saúde, p. B2, segunda-feira, 20 de setembro de 2021.
- DAWBOR, L. **A era do capital improdutivo**. Porque oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- DELILLO, D. **O silêncio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- ECO, U. **Il fascismo eterno**. Milano: La nave di Teseo, 2018.
- FREIRE, V. T. Produção de comida per capita sobe no país, renda cai e fome avança mesmo na fartura. **Folha de São Paulo**, Conjuntura, sábado, 23 de outubro de 2021, p. 2.
- HARARI, Y. N. A revolução cognitiva. In: _____. **Sapiens - Uma breve história da humanidade**. Porto Alegre, S: L & PM, 2016.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- JEWINSON, N. (dir.). **Roller ball - Os gladiadores do futuro**. <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-40896/> Acesso em 11 de novembro de 2021.
- LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo, n. 4, 1978.
- MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. 2 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, K. Acumulação de capital. In: _____. **O Capital**. Crítica da economia política. 2 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 a, p. 655-658.
- MARX, K. A gênese do capital industrial, In: _____. **O Capital**. Crítica da economia política. 2 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 b, p. 867-882.
- MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã** (ad Feurbach). São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MORUS, T. **Utopia**. Disponível em: <https://cupdf.com/document/utopia-5584a9c57a54b.html>
Acesso em 11 de novembro de 2021.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira** (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014.

NORA, P. *Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux*. In: **Les lieux de mémoire: la République**. Paris: Gallimard, 1984.

PARÍS, C. **O animal cultural**. São Carlos: EDUFSCar, 2002.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 422-434, set./dez. 2010.

TRAVERSO, E. Nazismo. In: _____. **Il secolo armato**. Interpretar le violenze del Novecento. Milano: Feltrinelli, 2012.

WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZEMELMAN, Hugo. **Uso crítico de la teoría**. En torno a las funciones de la mediación. México, UNU/El Colegio de México, 1987.

NOTAS

ⁱ Dicionário *On line* de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/> - Acesso em julho de 2021.

ⁱⁱ Dicionário *On line* de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/> - Acesso em julho de 2021

ⁱⁱⁱ Dicionário *On line* de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/> - Acesso em julho de 2021

^{iv} Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_More - Acesso em julho de 2021.

^v Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Utopia> - Acesso em julho de 2021.

^{vi} A fonte dos dados citados por Vinicius T. Freire é do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia Covid 19 no Brasil / Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – Projeto Vigisan. A base de dados é da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-IBGE) 2003-2004, 2008-2009, 2013-2014 e Pesquisa de Orçamentos Familiares (IBGE) 2017-2018

^{vii} Jornal G1. **O Globo**. Dados do total de mortos no Brasil: 594.702. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/> - Acesso em setembro de 2021.

^{viii} Ailton Krenak (2019, p. 31), uma das reconhecidas lideranças indígenas do Brasil, assim se expressou recentemente: “Em 2018, quando estávamos na iminência de ser assaltados por uma situação nova no Brasil, me perguntaram: ‘Como os índios vão fazer diante disso tudo?’ Eu falei: ‘Tem quinhentos anos que os índios estão resistindo, eu estou preocupado é com os brancos, como que vão fazer para escapar dessa’. A gente resistiu expandindo a nossa subjetividade, não aceitando essa ideia de que somos todos iguais. Ainda existem, aproximadamente, 250 etnias que querem ser diferentes umas das outras no Brasil, que falam mais de 150 línguas e dialetos”.